

**ADENDA AO PROTOCOLO ASSINADO EM 16 DE DEZEMBRO DE 2003,
ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E A CÂMARA MUNICIPAL DE
AGUIAR DA BEIRA**

O Ministério da Justiça, representado pelo Ministro da Justiça, Dr. Alberto Costa e a Câmara Municipal de Aguiar da Beira, representada pelo seu Presidente, Augusto Fernando Andrade, nos termos e ao abrigo do disposto na Cláusula Décima Primeira do Protocolo de instalação, organização e funcionamento do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso, assinado em 16 de Dezembro de 2003, reciprocamente acordam alterar a respectiva cláusula Primeira, que passa a ter a seguinte redacção:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objecto regular a instalação, organização e funcionamento do Julgado de Paz de Aguiar da Beira e Trancoso inserido no Agrupamento dos Concelhos de Aguiar da Beira, Sátão, Penalva do Castelo, Vila Nova de Paiva e Trancoso.

Feito em duplicado,

Lisboa, aos 19 dias do mês de Dezembro de dois mil e sete

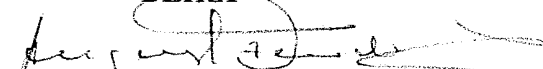
PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Alberto Costa
Ministro da Justiça

PELO MUNICÍPIO DE AGUIAR DA

BEIRA



Augusto Fernando Andrade
Presidente da Câmara Municipal



PROTOCOLO

Considerando que:

Os julgados de paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos Cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios de proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efectiva dos direitos e garantias processuais;

Os julgados de paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo julgamento pelo juiz de paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade, contribuindo-se, desta feita, decisivamente, para a almejada pacificação social;

As assinaladas características inerentes aos julgados de paz e o desenvolvimento da sua actividade assentam na estreita colaboração entre o Ministério da Justiça e o Poder Local, da qual resulta a convergência entre, respectivamente, o dever de administrar a justiça e o de interpretar e acorrer às necessidades e aspirações dos Municípios;

Os julgados de paz enquadram-se, pelas razões assinaladas, no programa do XVII Governo Constitucional, nomeadamente na política desenvolvida pelo Ministério da Justiça, no sentido de promover o acesso ao Direito e alargar a oferta do sistema de justiça a novos meios de resolução alternativa de litígios, permitindo a resolução de conflitos de forma mais célere e económica para as partes do que através da via judicial, e em simultâneo promover a desjudicialização e consequentemente o descongestionamento dos Tribunais;

Da última avaliação efectuada, relativamente ao funcionamento dos julgados de paz existentes, concluiu-se que estes são eficientes e eficazes, recomendando-se o desenvolvimento e reforço da rede dos julgados de paz com vista ao seu alargamento a todo o território nacional;

plm
h.

Das conclusões apresentadas, deliberou o Conselho de Ministros através da Resolução do Conselho de Ministros nº 172/2007, criar quatro novos julgados de paz em 2007 e quatro julgados de paz em 2008;

A iniciativa e a vontade manifestada pelo Município de Penalva do Castelo em dispor de um julgado de paz, inserido no agrupamento de concelhos de Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira, Sátão, Penalva do Castelo e Trancoso;

O Ministério da Justiça, representado pelo Ministro da Justiça, Alberto Costa e o Município de Penalva do Castelo, representado pelo seu Presidente, Leonídio Gomes Monteiro, celebram o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objecto regular a instalação, organização e funcionamento do julgado de paz de Penalva do Castelo, inserido no agrupamento de concelhos de Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira, Sátão, Penalva do Castelo e Trancoso, que abrange todas as freguesias do concelho, o qual ficará localizado, em Penalva do Castelo, na freguesia de Ínsula, Rua 1º de Dezembro, 115, em instalações que serão facultadas, para o efeito, pelo Município.

SEGUNDA

Ao Ministério da Justiça, através do Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do julgado de paz;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integram os serviços de atendimento e de apoio administrativo do julgado de paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos juízes de paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e actualizar, nos termos da lei, a lista dos mediadores que prestam serviço no julgado de paz;
- e) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos mediadores;
- f) Proceder ao acompanhamento pós formativo dos meios humanos;
- g) Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do julgado de paz;
- h) Proceder à divulgação do julgado de paz.

scf
m.

TERCEIRA

Compete ao Município de Penalva do Castelo:

- a) Disponibilizar as respectivas instalações, compreendendo designadamente:
 - Gabinete do juiz de paz;
 - Gabinete dos mediadores;
 - Sala de audiência de julgamento;
 - Sala de mediação;
 - Sala de pré-mediação;
 - Sala de testemunhas;
 - Sala de espera;
 - Sala de apoio administrativo;
 - Sala de atendimento.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras destas instalações, dotando-as de dignidade, privacidade, climatização e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- c) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respectiva manutenção;
- d) Dotar as instalações com os meios de segurança adequados;
- e) Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária;
- f) Suportar os encargos do abastecimento de água, fornecimento de electricidade e, bem assim, as despesas de comunicação;
- g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- h) Disponibilizar os meios humanos para os serviços de atendimento e de apoio administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração;
- i) Suportar os encargos com a aquisição de módulos ou passes de transportes públicos ou facultar o meio de transporte necessário, de forma a permitir a prática do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias;
- j) Apoiar a divulgação do julgado de paz.

QUARTA

Sem prejuízo de eventuais ajustamentos ditados pelas necessidades de funcionamento do julgado de paz, é este dotado de:

- a) Um (1) juiz de paz;

- b) Os mediadores que constam da lista a que se refere o nº 1 do artigo 33º da Lei nº 78/2001, de 13 de Julho;
- c) Um (1) elemento no serviço de atendimento;
- d) Um (1) elemento no serviço de apoio administrativo.

QUINTA

- 1 – O horário de funcionamento do julgado de paz é das 9.00 horas às 12 horas e 30 minutos e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos, de segunda a sexta-feira.
- 2 – O horário de atendimento do julgado de paz é das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas, de segunda a sexta-feira.

SEXTA

- 1 – O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação automática por iguais períodos de tempo.
- 2 – As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.

SÉTIMA

O presente Protocolo pode ser objecto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstâncias, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efectivo funcionamento do julgado de paz e de orientações e recomendações acolhidas pelo Ministério da Justiça.

Feito em duplicado,

Lisboa, aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e sete.

PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Alberto Costa
Ministro da Justiça

PELO MUNICÍPIO DE PENALVA

DO CASTELO


Leonídio Gomes Monteiro
Presidente da Câmara Municipal



PROTOCOLO

Considerando que:

Os julgados de paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos Cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios de proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efectiva dos direitos e garantias processuais;

Os julgados de paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo julgamento pelo juiz de paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade, contribuindo-se, desta feita, decisivamente, para a almejada pacificação social;

As assinaladas características inerentes aos julgados de paz e o desenvolvimento da sua actividade assentam na estreita colaboração entre o Ministério da Justiça e o Poder Local, da qual resulta a convergência entre, respectivamente, o dever de administrar a justiça e o de interpretar e acorrer às necessidades e aspirações dos Municípios;

Os julgados de paz enquadram-se, pelas razões assinaladas, no programa do XVII Governo Constitucional, nomeadamente na política desenvolvida pelo Ministério da Justiça, no sentido de promover o acesso ao Direito e alargar a oferta do sistema de justiça a novos meios de resolução alternativa de litígios, permitindo a resolução de conflitos de forma mais célere e económica para as partes do que através da via judicial, e em simultâneo promover a desjudicialização e consequentemente o descongestionamento dos Tribunais;

Da última avaliação efectuada, relativamente ao funcionamento dos julgados de paz existentes, concluiu-se que estes são eficientes e eficazes, recomendando-se o desenvolvimento e reforço da rede dos julgados de paz com vista ao seu alargamento a todo o território nacional;

Das conclusões apresentadas, deliberou o Conselho de Ministros através da Resolução do Conselho de Ministros nº 172/2007, criar quatro novos julgados de paz em 2007 e quatro julgados de paz em 2008;

A iniciativa e a vontade manifestada pelo Município do Sátão em dispor de um julgado de paz, inserido no agrupamento de concelhos de Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira, Sátão, Penalva do Castelo e Trancoso;

O Ministério da Justiça, representado pelo Ministro da Justiça, Alberto Costa e o Município do Sátão, representado pelo seu Presidente, Alexandre Vaz, celebram o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objecto regular a instalação, organização e funcionamento do julgado de paz do Sátão, inserido no agrupamento de concelhos de Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira, Sátão, Penalva do Castelo e Trancoso, que abrange todas as freguesias do concelho, o qual ficará localizado na Vila de Sátão, em instalações que serão facultadas, para o efeito, pelo Município.

SEGUNDA

Ao Ministério da Justiça, através do Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do julgado de paz;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integram os serviços de atendimento e de apoio administrativo do julgado de paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos juízes de paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e actualizar, nos termos da lei, a lista dos mediadores que prestam serviço no julgado de paz;
- e) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos mediadores;
- f) Proceder ao acompanhamento pós formativo dos meios humanos;
- g) Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do julgado de paz;

- h) Proceder à divulgação do julgado de paz.

TERCEIRA

Compete ao Município do Sátão:

- a) Disponibilizar as respectivas instalações, compreendendo designadamente:
- Gabinete do juiz de paz;
 - Gabinete dos mediadores;
 - Sala de audiência de julgamento;
 - Sala de pré-mediação e de mediação;
 - Sala de testemunhas e de espera;
 - Sala de apoio administrativo;
 - Sala de atendimento.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras destas instalações, dotando-as de dignidade, privacidade, climatização e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- c) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respectiva manutenção;
- d) Dotar as instalações com os meios de segurança adequados;
- e) Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária;
- f) Suportar os encargos do abastecimento de água, fornecimento de electricidade e, bem assim, as despesas de comunicação;
- g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- h) Disponibilizar os meios humanos para os serviços de atendimento e de apoio administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração;
- i) Suportar os encargos com a aquisição de módulos ou passes de transportes públicos ou facultar o meio de transporte necessário, de forma a permitir a prática do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias;
- j) Apoiar a divulgação do julgado de paz.

QUARTA

Sem prejuízo de eventuais ajustamentos ditados pelas necessidades de funcionamento do julgado de paz, é este dotado de:

- a) Um (1) juiz de paz;

- b) Os mediadores que constam da lista a que se refere o n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho;
- c) Um (1) elemento no serviço de atendimento;
- d) Um (1) elemento no serviço de apoio administrativo.

QUINTA

O horário de funcionamento e atendimento do julgado de paz é das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas, de segunda a sexta-feira.

SEXTA

1 – O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação automática por iguais períodos de tempo.

2 – As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.

SÉTIMA

O presente Protocolo pode ser objecto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstâncias, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efectivo funcionamento do julgado de paz e de orientações e recomendações acolhidas pelo Ministério da Justiça.

Feito em duplicado,


Lisboa, aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e sete.

PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Alberto Costa
Ministro da Justiça

PELO MUNICÍPIO DO SÁTÃO



Alexandre Vaz
Presidente da Câmara Municipal

**ADENDA AO PROTOCOLO ASSINADO EM 16 DE DEZEMBRO DE 2003,
ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E A CÂMARA MUNICIPAL DE
TRANCOSO**

O Ministério da Justiça, representado pelo Ministro da Justiça, Dr. Alberto Costa e a Câmara Municipal de Trancoso, representada pelo seu Presidente, Júlio José Saraiva Sarmento, nos termos e ao abrigo do disposto na Cláusula Décima Primeira do Protocolo de instalação, organização e funcionamento do julgado de paz do agrupamento dos concelhos de Aguiar da Beira e Trancoso, assinado em 16 de Dezembro de 2003, reciprocamente acordam alterar a respectiva cláusula Primeira, que passa a ter a seguinte redacção:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objecto regular a instalação, organização e funcionamento do julgado de paz de Aguiar da Beira e Trancoso inserido no agrupamento dos concelhos de Aguiar da Beira, Sátão, Penalva do Castelo, Vila Nova de Paiva e Trancoso.

Feito em duplicado,

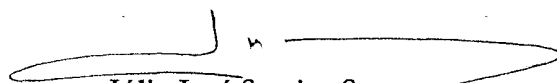
Lisboa, aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e sete.

PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PELO MUNICÍPIO DE TRANCOSO



Alberto Costa
Ministro da Justiça



Júlio José Saraiva Sarmento
Presidente da Câmara Municipal

PROTOCOLO



Considerando que:

Os julgados de paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos Cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios de proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efectiva dos direitos e garantias processuais;

Os julgados de paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo julgamento pelo juiz de paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade, contribuindo-se, desta feita, decisivamente, para a almejada pacificação social;

As assinaladas características inerentes aos julgados de paz e o desenvolvimento da sua actividade assentam na estreita colaboração entre o Ministério da Justiça e o Poder Local, da qual resulta a convergência entre, respectivamente, o dever de administrar a justiça e o de interpretar e acorrer às necessidades e aspirações dos Municípios;

Os julgados de paz enquadram-se, pelas razões assinaladas, no programa do XVII Governo Constitucional, nomeadamente na política desenvolvida pelo Ministério da Justiça, no sentido de promover o acesso ao Direito e alargar a oferta do sistema de justiça a novos meios de resolução alternativa de litígios, permitindo a resolução de conflitos de forma mais célere e económica para as partes do que através da via judicial, e em simultâneo promover a desjudicialização e consequentemente o descongestionamento dos Tribunais;

Da última avaliação efectuada, relativamente ao funcionamento dos julgados de paz existentes, concluiu-se que estes são eficientes e eficazes, recomendando-se o desenvolvimento e reforço da rede dos julgados de paz com vista ao seu alargamento a todo o território nacional;

Alu Jv

Das conclusões apresentadas, deliberou o Conselho de Ministros através da Resolução do Conselho de Ministros nº 172/2007, criar quatro novos julgados de paz em 2007 e quatro julgados de paz em 2008;

A iniciativa e a vontade manifestada pelo Município de Vila Nova de Paiva em dispor de um julgado de paz, inserido no agrupamento de concelhos de Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira, Sátão, Penalva do Castelo e Trancoso;

O Ministério da Justiça, representado pelo Ministro da Justiça, Alberto Costa e o Município de Vila Nova de Paiva, representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, Manuel Custódio, celebram o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objecto regular a instalação, organização e funcionamento do julgado de paz de Vila Nova de Paiva, inserido no agrupamento de concelhos de Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira, Sátão, Penalva do Castelo e Trancoso, que abrange todas as freguesias do concelho, o qual ficará localizado na Praça D. Afonso Henriques , em instalações que serão facultadas, para o efeito, pelo Município.

SEGUNDA

Ao Ministério da Justiça, através do Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do julgado de paz;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integram os serviços de atendimento e de apoio administrativo do julgado de paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos juizes de paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e actualizar, nos termos da lei, a lista dos mediadores que prestam serviço no julgado de paz;
- e) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos mediadores;
- f) Proceder ao acompanhamento pós formativo dos meios humanos;
- g) Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do julgado de paz;
- h) Proceder à divulgação do julgado de paz.

TERCEIRA

Compete ao Município de Vila Nova de Paiva:

- a) Disponibilizar as respectivas instalações, compreendendo designadamente:
- Gabinete do juiz de paz;
 - Gabinete dos mediadores;
 - Sala de audiência de julgamento;
 - Sala de mediação;
 - Sala de pré-mediação;
 - Sala de testemunhas;
 - Sala de espera;
 - Sala de apoio administrativo;
 - Sala de Atendimento.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras destas instalações, dotando-as de dignidade, privacidade, climatização e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- c) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respectiva manutenção;
- d) Dotar as instalações com os meios de segurança adequados;
- e) Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária;
- f) Suportar os encargos do abastecimento de água, fornecimento de electricidade e, bem assim, as despesas de comunicação;
- g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- h) Disponibilizar os meios humanos para os serviços de atendimento e de apoio administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração;
- i) Suportar os encargos com a aquisição de módulos ou passes de transportes públicos ou facultar o meio de transporte necessário, de forma a permitir a prática do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias;
- j) Apoiar a divulgação do julgado de paz.

QUARTA

Sem prejuízo de eventuais ajustamentos ditados pelas necessidades de funcionamento do julgado de paz, é este dotado de:

- a) Um (1) juiz de paz;

- Alc*
- b) Os mediadores que constam da lista a que se refere o n° 1 do artigo 33° da Lei n° 78/2001, de 13 de Julho;
 - c) Um (1) elemento no serviço de atendimento;
 - d) Um (1) elemento no serviço de apoio administrativo.

QUINTA

- 1 – O horário de funcionamento do julgado de paz é das 9.00 horas às 12 horas e 30 minutos e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos, de segunda a sexta-feira.
- 2 – O horário de atendimento do julgado de paz é das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas, de segunda a sexta-feira.

SEXTA

- 1 – O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação automática por iguais períodos de tempo.
- 2 – As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.

SÉTIMA

O presente Protocolo pode ser objecto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstâncias, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efectivo funcionamento do julgado de paz e de orientações e recomendações acolhidas pelo Ministério da Justiça.

Feito em duplicado,

Lisboa, aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e sete.

PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Alberto Costa
Ministro da Justiça

PELO MUNICÍPIO DE VILA NOVA

DE PAIVA



Manuel Custódio
Presidente da Câmara Municipal